

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

MARGARETE NUNES VASCONCELOS

OS DESAFIOS DA PSICOLOGIA NA METODOLOGIA INTERDISCIPLINAR NOS
CRAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

CAMPOS DOS GOYTACAZES
2017

MARGARETE NUNES VASCONCELOS

OS DESAFIOS DA PSICOLOGIA NA METODOLOGIA INTERDISCIPLINAR NOS
CRAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Trabalho de Final de Curso apresentado ao Departamento de Psicologia de Campos dos Goytacazes do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Profa. Dra. Lurdes Perez Oberg

Campos dos Goytacazes
2017

MARGARETE NUNES VASCONCELOS

OS DESAFIOS DA PSICOLOGIA NA METODOLOGIA INTERDISCIPLINAR NOS
CRAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Trabalho de Final de Curso apresentado ao Departamento de Psicologia de Campos dos Goytacazes do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA: Profa. Dra. Gisele de Araújo Gouvêa Estácio

Campos dos Goytacazes
2017

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir os desafios da psicologia na metodologia interdisciplinar nas atividades profissionais nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). A partir do projeto de extensão desenvolvido no curso de Psicologia, da Universidade Federal Fluminense, denominado “Roda de Conversa para os psicólogos que atuam nos CRAS de Campos dos Goytacazes”, abordamos a inserção do psicólogo na Política Nacional de Assistência Social, tendo como referência teórica a Clínica da Atividade, de Yves Clot. Assim, visando contribuir para novas formas de ação profissional do psicólogo nesta área, optamos por estruturar esse trabalho em três momentos. No primeiro eixo abordaremos o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dando destaque à proteção social básica. Já no segundo, vamos abordar a inserção do psicólogo no SUAS, analisando a sua atuação no CRAS e os impasses diante da interdisciplinaridade na formação profissional. Concluímos com a experiência no trabalho de extensão, ressaltando os limites e as possibilidades que permeiam a Psicologia e a Proteção Social Básica no âmbito interdisciplinar.

Palavras-chave: psicologia; assistência social; interdisciplinaridade; clínica da atividade.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho intitulado “Desafios da psicologia na metodologia interdisciplinar nos CRAS de Campos dos Goytacazes” teve seu tema escolhido a partir da participação no grupo de extensão da Universidade Federal Fluminense - Pólo Campos dos Goytacazes, que tem como foco o trabalho junto aos psicólogos da rede do município que atuam nos CRAS (Centro de Referência e Assistência Social). Assim, surge o interesse por entender a atividade do psicólogo na Política Nacional de Assistência Social, fora do contexto da clínica tradicional.

No referido grupo de extensão, temos por objetivo oferecer espaços de diálogo aos psicólogos dos Centros de Referência de Assistência Social, contribuindo para a apropriação de novas formas de ação profissional, presentes a partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A partir desses encontros na extensão surgiram muitos questionamentos, podemos perceber a complexidade e a fragmentação que permeiam a prática desses profissionais nas relações de trabalho. Vimos que os profissionais muitas vezes estão envolvidos em saberes específicos, tendo na área profissional uma exclusividade de práticas e técnicas específicas sem considerar o trabalho em equipes multiprofissionais e com uma visão mais humanizada.

Sendo assim, consideramos importante a proposta da clínica da atividade desenvolvida por Yves Clot (2010) que tem por finalidade ampliar o poder de agir do coletivo de trabalhadores, favorecendo modos de existência singulares.

Com a crescente demanda da Psicologia em diferentes áreas de atuação, muitas vezes a Universidade não oferece a oportunidade de aproximação com conhecimentos interdisciplinares, estabelecendo suas conexões em diversos campos do saber no cotidiano acadêmico. A formação profissional do psicólogo ainda está focada em uma grade curricular, com maior ênfase nas disciplinas de clínica.

Um desses novos campos de atuação é a Assistência Social, que teve a participação do psicólogo inserida a partir da Norma Operacional Básica/Sistema Único da Assistência Social, NOB/SUAS com o intuito de reduzir e prevenir situações de vulnerabilidades e riscos sociais (MDS, 2005).

O psicólogo que historicamente teve uma formação com um viés individualizante, passa a ter uma participação interdisciplinar, acarretando mudanças profissionais com exigências de adaptações na sua identidade profissional.

Assim, a prática profissional suscita, ações emergentes que são enfrentados por profissionais e pelos estagiários na busca de uma fórmula, ou, de uma diretriz a ser exercida no cotidiano. Diante de uma problemática comum tanto aos psicólogos, como aos assistentes sociais, o tema a ser investigado objetiva analisar as relações interdisciplinares, no contexto de atuação do psicólogo no CRAS, buscando assim, contribuir para a construção de uma prática reflexiva do psicólogo na assistência social.

O trabalho em equipe multidisciplinar é um desafio para todos os profissionais envolvidos, pois há o confronto com uma formação acadêmica tradicional, que não acompanha as mudanças do mundo contemporâneo. Dessa forma, emerge a importância das intervenções profissionais serem pautadas por um trabalho interdisciplinar com profissionais abertos ao diálogo e à troca de informações e experiências, visando atingir os objetivos propostos.

Assim, optamos por estruturar esse trabalho em três momentos. No primeiro momento abordaremos o SUAS, dando destaque à proteção social básica. Já no segundo momento, vamos abordar a inserção do psicólogo no SUAS, dando atenção a atuação do mesmo no CRAS e os desafios dessa metodologia interdisciplinar na formação profissional.

Concluiremos com a experiência no trabalho de extensão, analisando o processo das rodas de conversa e seus efeitos no poder de agir dos psicólogos na assistência social.

Cabe salientar que não pretendemos esgotar a discussão acerca desse tema. Nosso intuito é contribuir para o aflorar de novas ideias para compreendermos esse fenômeno tão complexo.

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A PROTEÇÃO BÁSICA

Inicialmente, se faz necessário uma breve discussão acerca da Assistência Social no Brasil, vista aqui como estratégia de inclusão e atenção aos seus usuários. Cabendo à ela ações de prevenção e provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam exclusões, riscos e vulnerabilidades sociais (YASBEK, 2005, p. 224, apud SPOSATI, 1995).

Como resposta à demanda popular e à luta de movimentos sociais, surge a Constituição de 1988 que se caracteriza como um marco histórico para a assistência, tendo em vista que a institui como direito do cidadão. Concordamos que:

O processo de constituinte e a promulgação da Constituição de 1988 representou, no plano jurídico, a promessa de afirmação e extensão dos direitos sociais em nosso país frente à grave crise e às demandas de enfrentamento dos enormes índices de desigualdade social. (BRAVO, 2001, p.9)

A garantia de direitos para enfrentar os desafios da assistência social brasileira foi fundamental, uma vez que representa um passo importante na construção de uma política de caráter universalizante. Apesar desse avanço, a consolidação desses direitos ainda é um desafio.

Mesmo em meio às dificuldades na efetivação de direitos, a política de assistência é uma conquista importante, uma vez que durante muito tempo esteve ligada pelo senso comum à benesse. É a partir da sanção da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993 (BRASIL, 1993), que passa a ter ações baseadas nas garantias de direitos e na participação dos cidadãos nos projetos e ações assistenciais desenvolvidos pelo poder público brasileiro.

A partir das diretrizes estabelecida pela LOAS, ocorreu a construção e implementação de Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável por estabelecer a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 e em 2005, foi oficializada a Norma Operacional Básica (PNAS/NOB/SUAS). Entendendo que:

A LOAS, PNAS\2004 e NOB\SUAS são os marcos legais da Assistência Social, e expressam mudança de paradigma na área, definida como política pública com capilaridade nacional e como direito social, fundado no princípio democrático do controle social e da descentralização política e administrativa, cujas ações, visando superar a fragmentação e segmentação, tomam a família como estratégia de organização dos serviços, como um dos sujeitos beneficiários da assistência social e alvo de trabalho socioeducativo. (TEIXEIRA, p. 287, 2010).

Esses acontecimentos são marcos fundamentais para o rompimento com o clientelismo do passado e para a consolidação da assistência social enquanto direito, na busca de promover ações conectadas com os territórios, seus sujeitos e suas prioridades.

O SUAS propõe uma intervenção feita a partir de duas estruturas que são articuladas entre si: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. Segundo (PNAS, 2004), a primeira tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e

comunitários. E destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e ou fragilização de vínculos afetivos. Já a Proteção Social Especial representa:

(...) uma modalidade de atendimento assistencial destinada à famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (PNAS, p. 28, 2004).

Uma das instituições para a execução do SUAS é o CRAS, espaço de referência e porta de entrada, unidade pública estatal responsável, desde 2004, pela execução dos serviços continuados da proteção social básica e de assistência social.

Estas atuações se desenvolvem dentro da articulação do trabalho com a rede socioassistencial e intersetorial, propondo ações integradas ao contexto comunitário em que o sujeito está inserido. Promove, ainda, o acesso a benefícios assistenciais que permitem a manutenção de condições dignas de vida, como o Bolsa-Família e o benefício de prestação continuada. Destina-se à população em estado de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências) etc.

A partir das medidas assistenciais propostas, a psicologia que desde sua regulamentação como profissão se manteve longe da saúde pública e da coletividade social, passa a ter exigida uma atuação comprometida com a promoção de direitos, de cidadania, com a saúde, com a promoção da vida e que considera em sua atuação o contexto no qual vive a população referenciada.

Assim, os profissionais passam a ter um olhar para coletividade social, evidenciando suas competências com o compromisso social, culminando em uma trajetória de reflexão e a reconstrução dos rumos da profissão que considere:

(...) também aspectos subjetivos, relativos às condições de vida dos indivíduos, como a desvalorização social, a perda da identidade, falência de laços comunitários, sociais e familiares, em que a tônica do problema é dada pelo empobrecimento das relações sociais e das redes de solidariedade. (TEIXEIRA, p. 287, 2010)

A Psicologia na Assistência Social pode contribuir na promoção da autonomia dos usuários, indo além do cotidiano em suas análises, buscando uma investigação mais profunda sobre as demandas dos usuários, os auxiliando na conquista da sua autonomia. Considerando que:

Para uma atuação ética e política, compreendemos ser imprescindível a identificação e apropriação da atuação, enquanto profissional, e crença no que se faz, mesmo diante de adversidades e desafios inerentes a ela. Isso contribui para um protagonismo de fato, capaz de fomentar, em outros, a construção de autonomias e a geração de outros protagonistas. (CREPOP, p.16, 2007)

Para que a atuação profissional seja mais transformadora e eficaz no CRAS, é indispensável que o psicólogo estabeleça um compromisso com o conhecimento no campo assistencial junto a uma equipe interdisciplinar. Promovendo ações que envolvam diferentes espaços institucionais e com políticas de alcance da comunidade como um todo. E reconhecendo a importância do envolvimento dos movimentos sociais sejam eles de orientação sexual, étnico raciais ou sócio culturais, promovendo autonomia e participação da comunidade:

(...) dentro da lógica de trabalho em rede, articulado, permanente e não ocasional, no reconhecimento da realidade local, na sua complexidade, nas suas brechas, nas suas possibilidades de alterar o que está posto (CREPOP, p.13, 2007).

Uma vez que a NOB-RH/SUAS (2006) orienta que as equipes do CRAS sejam compostas por “categorias profissionais de nível superior, orientadas por código de ética”, o psicólogo deve estar integrado ao trabalho em equipe interdisciplinar, objetivando o desenvolvimento das funções do CRAS.

Consideramos que a atuação interdisciplinar consciente seja indispensável para uma prática profissional comprometida, logo é importante discutirmos esse tema, como faremos a seguir.

A METODOLOGIA INTERDISCIPLINAR NO SUAS: NOVAS FORMAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

As discussões sobre interdisciplinaridade vêm da Grécia Antiga, do tempo da famosa Biblioteca de Alexandria, onde do UNO e do MÚLTIPLO, mostrando a Filosofia, a Matemática, as Letras e as Artes deveriam compor a formação intelectual. Assim, tanto a ideia de que a realidade é complexa como a ideia de que ela deve ser vista sob vários ângulos acompanha a humanidade pensante (MINAYO p.438).

Na atualidade lidamos com o desenvolvimento científico, profundas mudanças sociais e econômicas e o avanço tecnológico. Esse arranjo contribui para a construção

de uma sociedade complexa, permeada por conjunturas de difícil análise e compreensão.

A interdisciplinaridade pode favorecer a compreensão dos fenômenos sociais, uma vez que:

Assim, a ideia de complexidade da realidade retomou o início da história do pensamento ocidental, mas de outra maneira, evidenciando que todos os seres vivos estão intrincados num sistema hierárquico e articulado, e mais que analisá-los, é preciso entendê-los como parte de todo simultaneamente: dois olhares são mais complexos do que um olhar só, e dez olhares são mais complexos do que dois olhares e assim por diante (MINAYO, p.439 (2010).

É preciso lembrar que no tratamento de um objeto de forma interdisciplinar, os especialistas de diferentes áreas devem estar atentos para colocar em debate os conceitos referentes a cada área, buscando articular o conjunto de teorias. Para isso é necessário ampliar o conhecimento dos fenômenos em análise e perceber as possibilidades de colaboração de cada área. Concordamos que práticas interdisciplinares:

Exigem a identificação de uma problemática comum, com levantamento de uma axiomática teórica e/ou política básica e de uma plataforma de trabalho conjunto, colocando em comum os princípios e conceitos fundamentais de cada campo original, em um esforço conjunto de descodificação em linguagem mais acessível dos próprios campos originais e de tradução de sua significação para o senso comum, identificando as diferenças e eventuais convergências entre esses conceitos e permitindo uma comparação contextualizada (VASCONCELOS, p.113, 2009).

Podemos perceber que essas práticas são desafiadoras, uma vez que exigem que o profissional vá além da atuação convencional, promovendo uma nova cultura institucional, permitindo um processo de reelaboração de suas identidades profissionais originais, bem como uma democratização afetiva das relações de poder nas equipes. (VASCONCELOS, p.113, 2009).

A prática interdisciplinar é fundamental para a atuação profissional no CRAS, uma vez que a equipe de trabalho é multidisciplinar, favorecendo ações integradas, que percebam o sujeito e a comunidade de forma não fragmentada. Entendendo que:

Esse diálogo permanente fortalece laços e parcerias e potencializa ações de forma continuada. Dessa forma, pensar estratégias que considerem esses aspectos fortalece nossa atuação e aproxima-nos da comunidade e de suas demandas (CREPOP, p.14, 2007).

Desta forma se abre caminho para uma aprendizagem mútua, contribuindo para a construção de novos saberes. Uma vez que entendemos que a prática interdisciplinar fomenta questionamentos exigindo uma lógica institucional mais flexível, propiciando uma democratização efetiva das relações de poder nas equipes.

Ao incorporarmos esses pensamentos em nossa prática profissional em equipe multidisciplinar, podemos superar a “competição intra e intercorporativa (...) que impõe barreiras profundas à troca de saberes e às práticas interprofissionais colaborativas e flexíveis.” (VASCONCELOS, p.116, 2009).

Consideramos indispensável no caminho para superar as especialidades e as identidades profissionais parciais, dar voz e propiciar a participação ativa dos usuários nos serviços. Garantindo que possam reafirmar a complexidade de suas realidades e suas demandas, bem como sua participação na construção de novos paradigmas para a assistência social.

A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO CRAS

O processo de inserção do psicólogo em espaços diferenciados dos tradicionais, não é novo. Segundo Yamamoto (2007), tal discussão existe desde a década de 70, em estudos que tanto apresentam a saturação do mercado no que diz respeito ao modelo do profissional liberal. Tais estudos traziam questionamentos acerca das limitações teórico-metodológicas da Psicologia para a atuação em contextos de intensas desigualdades sociais, como o caso do Brasil e o da América Latina de um modo geral.

O CRAS é responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica e de Assistência Social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2006).

Este espaço promove o acesso aos benefícios da assistência social, tais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Bolsa-Família, realizando projetos de capacitação e promoção da inserção produtiva, visando o enfrentamento à pobreza e a oferta de serviços socioeducativos individuais ou em grupos.

Tal processo é um passo para a abertura às novas práticas, impulsionadas pelo desenvolvimento e a ampliação de políticas sociais de caráter universal. Neste campo de novas práticas é que gradualmente vão se criando e legitimando novas competências e arranjos teóricos e operativos.

O psicólogo que atua no CRAS deve estar aberto a repensar o seu próprio processo de socialização e sua própria identidade e à exercitar novas perspectivas de olhar os fenômenos sociais, étnicos e culturais. Ao assumir essa postura, poderá potencializar outros modos de trabalhar que emergem cotidianamente nos serviços.

É essencial que o profissional reconheça o contexto do usuário e tenha sensibilidade para o acolhimento e a escuta, para intervir e compreender os processos e circunstâncias que ocorrem. Visando a compreensão dos valores e das culturas, contribuindo assim para que o sistema não seja apenas um sistema burocrático e despersonalizado de encaminhamentos. Entendendo que:

(...) a Psicologia pode oferecer, para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social preocupadas em promover a emancipação social das famílias e fortalecer a cidadania junto a cada um de seus membros-contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania (CREPOP, 2007, p.17).

Assim, consideramos indispensável fortalecer a atenção básica como lugar de mais amplo acolhimento às necessidades da população, para que a atuação do psicólogo vise à autonomia do sujeito e concretize sua participação no corpo técnico da equipe dos CRAS.

Por ser um novo campo apresenta algumas dificuldades, que necessitam ser superadas, tais como suprir as suas dúvidas sobre como deve atuar nesse campo e ainda, a não proximidade dos trabalhos acadêmicos existentes nesta área. Um dos principais documentos que busca nortear a prática do psicólogo no CRAS é o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), que consolida uma produção e metodologia particular de integração sobre a presença e referências para a atuação dos psicólogos nas Políticas Públicas. Tal documento considera que:

(...) as práticas psicológicas não devem categorizar, patologizar e objetificar as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem. Tais processos e recursos devem ser compreendidos de forma indissociada aos aspectos históricos-culturais da sociedade em que se verificam, posto que se constituem mutuamente (CREPOP, 2007, p.17).

Entendemos que, o trabalho do psicólogo no CRAS pode contribuir para a emancipação do usuário, uma vez que é o profissional com aporte teórico para intervir

na subjetividade do sujeito. Assim, favorecendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o desenvolvimento de potencialidades pessoais e coletivas.

A EXPERIÊNCIA DO TRABALHO DE EXTENSÃO NA UNIVERSIDADE

Vivenciar uma experiência nova é sempre instigante, principalmente quando propicia conhecimento em uma área necessária para ser ampliada, como a inserção da psicologia na Política Nacional de Assistência Social. A oportunidade de participação no grupo de extensão “Roda de Conversa para os psicólogos que atuam nos CRAS de Campos dos Goytacazes”, da Universidade Federal Fluminense, foi crucial para a construção desse trabalho.

No grupo de extensão, temos por objetivo oferecer espaços de diálogo aos psicólogos dos Centros de Referência de Assistência Social, da rede Municipal de Campos dos Goytacazes, contribuindo com perspectivas novas de ação, a partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social. Tendo como referência teórica a Clínica da Atividade de Yves Clot (2006), cuja metodologia dialógica tem como objetivo trazer o trabalhador para o lugar de co-analista de sua atividade profissional, podendo o mesmo estar aberto a novas criações.

Entendemos que cuidar do trabalho é também transformar a organização do trabalho. Assim, criamos situações e encontramos técnicas capazes de colaborar para a transformação dos trabalhadores serem sujeitos da situação, tornando-os os principais agentes da transformação. Com métodos propostos que visem à revitalização da atividade dos trabalhadores, bem como a produção de conhecimento sobre o processo a ser analisado, criando assim recursos para ação no coletivo. Segundo Clot (2010):

(...) o diálogo como instância de desenvolvimento se alimenta de outros diálogos anteriores e paralelos existentes no grupo profissional. As experiências de outros profissionais se fazem presentes por meio do diálogo, de modo que é possível ampliar o repertório de possibilidades de compreender e de agir na situação de trabalho, desenvolvendo a atividade (CLOT, 2010, p.137).

A metodologia “roda de conversa” prioriza a busca de novos “possíveis” que se dão pelo diálogo entre o sujeito, objeto de trabalho e colegas de trabalho, que

constituem a atividade humana. Na busca de trazer para o diálogo proposições, concordâncias e principalmente divergências, o método proposto para análise do trabalho pode tornar-se o disparador de mudanças. Para tal é indispensável a mobilização do coletivo de trabalho, considerando que “a abertura ao diálogo interior não pode manter-se sem relé social que o alimenta em energia conflitante” (CLOT, 2010, p.33).

Com participação voluntária dos psicólogos que atuam nos trezes CRAS da cidade, os encontros são mensais e abertos a novos participantes, sua metodologia consiste em apresentação com duração aproximada de uma hora e trinta minutos, o tema a ser abordado pode ser sugerido pelos participantes, tendo como critério, o respeito às diferenças e o posicionamento ético de todos os envolvidos. O livre fluir das idéias do grupo deve ser respeitado, valorizando o seu próprio ritmo (OBERG, 2017).

É fundamental auxiliar aos profissionais a entender o processo de trabalho no qual estão inseridos. A roda de conversa possibilita a abertura de espaços de encontro, escuta e busca promover a troca de experiência entre os profissionais, compartilhando dificuldades e valorizando a ação dentro de um coletivo, fortalecendo o grupo para lidarem com as complexidades do cotidiano no trabalho.

Embasada no método da Roda (Campos, 2000), exploramos a constituição do sujeito e a democratização institucional, a partir da co-gestão de coletivo visando a diminuição da impotência diante dos grandes desafios. A roda de conversa é um método de ressonância coletiva que consiste na criação de espaços de diálogo onde o profissional pode se expressar e, sobretudo escutar os outros e a si mesmo.

A partir de uma valorização da autonomia do espaço de cada um dentro do grupo, promove-se o acolhimento e o reconhecimento dos profissionais como sujeitos com saberes e valores próprios. O convívio entre os pares e a conversa informal podem promover uma relação mais amistosa entre os profissionais, uma vez que pode contribuir na superação do “estranhamento” nas relações.

Nesta experiência pudemos refletir sobre como a psicologia social comunitária pode contribuir para a proteção social básica e para a efetivação de propostas de desenvolvimento de trabalhos grupais que primem pelo “fortalecimento da convivência familiar e comunitária” (Brasil, 2005, p.33). É importante que o profissional consiga ver além do que “está posto”, além do que a realidade apresenta, atento à conjuntura na qual está inserido.

Superar a cotidianidade e ascender ao plano reflexivo que é o plano próprio da atitude filosófica, é o grande desafio que permeia a relação de homens que lutam pela instauração de processos democráticos que tem na liberdade, na igualdade e na justiça pressupostos e base fundamental para a auto construção de sujeitos que constroem a história da humanidade e, assim sendo, de profissionais que comungam dos mesmos valores e que estão no contato cotidiano com esse homem comum (VASCONCELOS, 1997, 138).

Assim, consideramos importante que uma prática profissional que objetiva contribuir para a construção de uma sociedade democrática, seja uma prática política capaz de propiciar a emancipação da população.

Na busca por compreender como é o cotidiano do psicólogo no CRAS e colaborar para a construção de uma prática transformadora e comprometida com os usuários, nestes encontros das “rodas de conversa”, os psicólogos puderam expor seus incômodos e desafios neste campo de trabalho.

Os psicólogos concursados da rede municipal, na função há três anos pudemos observar falas relacionadas a temas diversos como: *“Não fiz concurso para área social”*, *“O preenchimento de cadastro único não é atribuição do psicólogo”*, *“O foco do trabalho era a produtividade para ‘bater metas’*, *“Não sei qual o meu papel no CRAS”*.

Pudemos perceber alguns aspectos que merecem uma atenção mais cuidadosa como: um estranhamento em fazer visitas domiciliares, incômodo com a inexistência de um trabalho para acompanhar as pessoas referenciadas pelo CRAS, o adoecimento dos profissionais estando mais enfatizado do que o prazer, as queixas sobre o assistencialismo presente nos serviços de modo predominante, poucas referências dos mesmos sobre os usuários e o contexto comunitário, dificuldades em articular condições objetivas e subjetivas de vida, como também uma dificuldade em se adaptar à metodologia interdisciplinar.

Os resultados apontam vários aspectos que impedem a proximidade dos psicólogos com o contexto dos usuários, como exigência de produtividade, excesso de burocracia institucional, rede de apoio insuficiente para acompanhar os encaminhamentos. Assim, a preparação profissional requer o conhecimento dos usuários com demandas reais, potenciais, aparentes, implícitas, num processo que seja continuado e monitorado. Como afirma Iamamoto:

(...) o espaço profissional não deve ser visto apenas na ótica da demanda profissional já consolidada socialmente: trata-se de, tendo por base um distanciamento crítico do panorama ocupacional,

apropriar-se das possibilidades teórico-práticas abertas à profissão pela própria dinâmica da realidade (IAMAMOTO, p.104, 1992).

As dificuldades dos profissionais em lidarem com a metodologia interdisciplinar na política pública de assistência social são pontos significativos neste trabalho. O psicólogo é desafiado a pensar uma prática para uma população com culturas e vivências diferenciadas.

E é no cenário da intervenção da clínica da atividade, com o movimento dialógico gerado são criadas novas possibilidades de relações e sentidos, que o profissional pode apoiar sua prática. A partir dos problemas colocados em análise e através da metodologia, podem surgir novas formas de pensar o ofício e os desafios impõem para ações que fomentam a busca de viver novas experiências e desenvolver recursos para a ação.

Assim, entendemos que se faz necessário observar que a atividade construída junto ao coletivo, compartilhando suas experiências e singularidades, promove a construção de diferentes percepções do trabalho e da própria vida.

Considerando a relevância de uma ação conjunta dos profissionais envolvidos, é importante ter como parâmetro no cotidiano do trabalho, as diretrizes fundamentais da Política Nacional de Assistência Social. Há o estranhamento diante de novas práticas do psicólogo na assistência social e reconhecimento de entraves para o desenvolvimento da interdisciplinaridade, com importância do diálogo entre os profissionais e as redes de serviços, favorecendo a percepção dos automatismos presentes no cotidiano, ampliando o poder de agir destes profissionais em prol dos sujeitos com as demandas reais do seu território (OBERG, 2017).

Esse é o compromisso ético-político, cada vez mais implicado com a produção de bem-estar biopsicossocial e com a promoção de melhor qualidade de vida. O psicólogo no CRAS deve ressaltar as potencialidades, reconhecer as singularidades das vidas dos sujeitos, rompendo com o assistencialismo e a humilhação social.

Espera-se que o trabalhador analise sua própria atividade no trabalho, para um posicionamento que não se reduza ao trabalho prescrito, e que ao ser inserido na assistência social procure repensar sua formação acadêmica e exercitar novas perspectivas neste contexto. Esse posicionamento poderá contribuir para outras parcerias intersetoriais, percebendo a condição do sujeito proveniente das relações construídas entre os aspectos subjetivos e o contexto social em que está inserido.

A capacitação continuada de todos os envolvidos pode favorecer uma escuta qualificada que propicie melhor interação dos serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado dessa experiência no projeto de extensão, pudemos analisar a prática profissional no CRAS e conhecer os atravessamentos nas atribuições do psicólogo nesta política pública, além da geração de novas referências para o exercício da profissão. A partir das experiências compartilhadas e de relações teórico-práticas construídas na supervisão, observamos a importância de uma ação conjunta dos profissionais em fazer valer no cotidiano do trabalho, as diretrizes e objetivos fundamentais da Política Nacional de Assistência Social. Além disto, observa-se a necessidade de identificar as especificidades do contexto local e da realidade municipal, para que assim a prática seja mais eficiente e alcance seus objetivos, emancipando os usuários (OBERG, 2017).

Assim, compreendemos que é fundamental uma formação profissional capaz de abarcar um posicionamento para além da clínica tradicional, comprometido com o papel da universidade para a sociedade. A inserção do campo de conhecimento da psicologia social comunitária na formação do psicólogo pode ser transformadora, uma vez que supera a prática individualizante, a subjetividade pessoal para abarcar o comunitário, contribuindo assim para fomentar o significado social da profissão.

Para que haja essa prática, o profissional deve estar atento à compreensão dos sujeitos comunitários/usuários enquanto sujeitos históricos, possibilitando outro olhar para além dos estigmas e preconceitos implícitos no contexto de vida das maiorias populares. Tal postura, pode favorecer a intersetorialidade, pois rompe a fragmentação na própria política pública (OBERG, 2017).

Observamos que ainda existe uma visão assistencialista por parte dos usuários, mas este é um trabalho de persistência para que ocorram mudanças com o passar do tempo. A precariedade de rede de apoio é muito presente dificultando o trabalho dos profissionais e limitando as suas ações.

Entretanto, se quisermos implantar efetivamente um sistema único de assistência social marcados pelos princípios da universalidade, da integralidade, da intersetorialidade e interdisciplinalidade, a luta terá que ser assumida por todos os

profissionais e trabalhadores inseridos nos programas, bem como pelas coordenações dos programas a nível municipal, estadual e federal.

Consideramos que ainda há um longo caminho a ser percorrido, afinal é um campo de trabalho recente, porém com um esforço de reflexão constante e a articulação permanente entre a dinâmica do trabalho e o conhecimento teórico, acreditamos que é um campo de trabalho fundamental para o psicólogo contribuir para a vida de sujeitos em condição de pobreza.

Referências

AMADOR, F.; FONSECA, T. Atividade: o trabalho sob o signo do inacabamento. In: ROSEMBERG, D.; FILHO, J.; BARROS, M. (orgs.). Trabalho docente e poder de agir: Clínica da atividade, devires e análises. Vitória: EDUFES, p. 19-49, 2014.

BARBOSA, A. Interdisciplinaridade e suas bases conceituais. Revista Adolescente e Saúde, Rio de Janeiro, v. 13, supl. 2 Adolescência & Saúde, p. 133-138, setembro 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Brasília, 2005.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social. Brasília: MDS/SNAS, 2006.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social- SUAS. Norma Operacional Básica (NOB/SUAS). Construindo as bases para implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2006.

BRAVO, M. Política de Saúde no Brasil. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. Orgs: MOTA, A.; GOMES, L.; BRAVO, M.; TEIXEIRA, M.; MARSIGLIA, R.; UCHÔA, R. Cortez, p. 1-22, 2001.

CAMPO, G. Um método para análise e co-gestão de coletivos. São Paulo: HUCITEC, 2000.

CLOT, Y. Trabalho e poder de agir. Belo Horizonte. Fabrefactum, 2010.

CLOT, Y (2006). A função do Trabalho. Petrópolis. Editora Vozes

CREPOP, Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/ SUAS. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007.

GOMES, N. Diversidade cultural, currículo e questão racial: desafios para a prática pedagógica. In: ABRAMOVICH, A.; BARBOSA, L; SILVÉRIO, V. (orgs.)- Educação como prática da diferença. Campinas, SP, Armazém do Ipê, 2006.

MINAYO, M. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. Emancipação, Ponta Grossa, p.435-442, 2010.

Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social por intermédio da Resolução nº145, de 15 de outubro de 2004, e publicada no Diário Oficial da União do dia 28 de outubro de 2004.

TEIXEIRA, S. Trabalho Interdisciplinar nos CRAS: um novo enfoque e trato à pobreza? Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 2, p. 286 - 297, ago./dez. 2010.

OBERG, L. P. Roda de conversa para psicólogos da assistência social: experiência de extensão na universidade (Resumo). In: Sociedade Interamericana de Psicologia (org.). Anais do XXXVI Congresso Interamericano de Psicologia. 2017.

VASCONCELOS, E. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

VASCONCELOS, A. Serviço social e prática reflexiva. Em Pauta- Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ. n.10, p. 131-181, 1997.

YAZBEK, M. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. Revista de Políticas Públicas. v.9, n.1, p.217-228, 2005